PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º

(Do Sr. Laércio Oliveira)

Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, dispondo sobre a relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

O Congresso Nacional decreta:

- Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre medidas de proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
- Art. 2º Constitui justo motivo autorizativo da despedida arbitrária do empregado a dificuldade econômica ou financeira e, ainda, a necessidade de reestruturação produtiva do empregador.
- Art. 3º A infração disciplinar, a desídia ou a insuficiência de desempenho do empregado constitui igualmente justo motivo autorizativo da despedida arbitrária do empregado.
- Art. 4º A despedida arbitrária ou sem justa causa importará na devida indenização ao empregado, sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação de regência.
- Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Passados quase 20 anos da promulgação da Constituição Cidadã, ainda não foi possível regulamentar o inciso I de seu art. 7°, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa do empregado. Não sem razão, porém.

De fato, a redação do precitado inciso I carrega em si uma contradição: a uma, parece pretender ressuscitar o extinto instituto da estabilidade no emprego; a duas, prevê indenização compensatória para a hipótese de despedida arbitrária ou sem justa causa, entre outros direitos.

A relação de emprego deve ter como balizamento a reciprocidade de interesses. Ao empregador, é esperada a disciplina, a eficiência e a produtividade do empregado. A este, um salário justo, uma jornada de trabalho saudável e o respeito aos direitos trabalhistas. Aos dois, deve importar 0 crescimento da empresa, a melhoria competitividade no mercado e a garantia de sua permanência cadeia produtiva. Assim, empregados ganham empregadores, o mercado de trabalho e, afinal, a economia do país.

O que este Projeto de Lei Complementar pretende é consolidar 0 direito do empregado à indenização compensatória na hipótese de despedida arbitrária ou sem justa causa, sem prejuízo de outros direitos estampados no ordenamento jurídico pátrio. Ao mesmo tempo, na busca do equilíbrio na relação de emprego, o Projeto estabelece as hipóteses de justo motivo autorizativo da despedida motivada: infração disciplinar, desídia ou a insuficiência de desempenho do empregado.

Espero, pois, contar com o apoio dos meus pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, de de 2008.

Deputado LAERCIO OLIVEIRA PSDB/SE